

Senado veta primeiras denúncias

As denúncias sobre a majoração irregular do valor das obras de despoluição foram feitas por entidades ligadas à questão ambiental, que apontaram também a inexistência do Relatório de Impacto Ambiental (Rima). O custo total da despoluição — financiada pelo Banco Mundial (Bird) e Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano (MHU) — estava orçado em 45 milhões de dólares, em novembro de 1985, e subiu para 125 milhões de dólares por ocasião da assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras, em agosto de 1987.

A curadoria do Meio Ambiente, a quem as denúncias foram encaminhadas, entrou, então, com pedido de liminar para embargar as obras, concedido pela Seção Cível do Tribunal de Justiça do DF. Mas a Caesb obteve, logo depois, do Supremo Tribunal Federal um pedido de suspensão de segurança, com base em parecer do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que revogou a

liminar concedida pelo TJDF.

APURAÇÃO

Paralelamente à batalha que se travava na esfera judicial, a Comissão do DF no Senado decidiu, por iniciativa dos senadores Maurício Corrêa (PDT-DF) e Pompeu de Sousa (PSDB-DF), formar uma subcomissão para apurar as denúncias de irregularidades no projeto de despoluição do Lago Paranoá. O relator do processo foi o próprio Maurício Corrêa, que apontou malversação de recursos públicos na licitação. Ele sugeriu também que fosse submetido ao plenário do Senado o projeto de resolução que determinava a paralisação imediata das obras, anulação da licitação e a realização de nova concorrência.

Entretanto, o assunto nem entrou na pauta de votação da Comissão do DF. É que o senador Edison Lobão (PFL-MA) argumentou que o regimento interno da comissão não previa a constituição de subcomissões com o objetivo de investi-

gação ou inquérito. Ele obteve apoio majoritário dos demais integrantes, excetuando Maurício Corrêa, Pompeu de Sousa e Chagas Rodrigues (PMDB-PI).

Para Maurício Corrêa, a atitude do procurador Amarílio Corrêa será uma excelente oportunidade de “se colocar as coisas no devido lugar”. Ele disse que a decisão da Comissão do DF foi política, não sendo apreciado o mérito jurídico da questão. O senador pedetista disse não ter dúvidas de que a concorrência “está eivada de vícios”, de forma a favorecer as empreiteiras vencedoras.

Corrêa criticou duramente o ex-governador José Aparecido, “que não se preocupou em zelar pela coisa pública, ignorando que os preços da obra triplicaram em curto período de tempo”. Acrescentou ainda que, a seu ver, não houve nenhuma concorrência pública, uma vez que a diretoria da Caesb teria criado parâmetros que eliminaram diversas empresas interessadas, em benefício da Serveng-Civilsan e da Andrade Gutierrez.